São Paulo, 6 de junho de 2017.

**Ata de Reunião Ordinária do COMUDA** Local: Câmara Municipal de São Paulo

Nathalia Oliveira, presidenta do conselho, iniciou a reunião se apresentando e lendo a proposta de pautas para a reunião. Na sequência, solicitou que todos presentes se apresentassem brevemente.

**Presentes:** Nathalia Oliveira (É de Lei), Jorge Arthur (ABRAMD), Maria Lúcia (Associação comunitária), Rosangela (inspetora da GCM) representa Sec. De Segurança, Joel Borges (GCM), Leidelene (Sedes), José de Oliveira (Movimento Negro Unificado), Maria Silvia (Sec. Mun. De Educação), Girlândia (conselheira COMAS), Ricardo (Trabalhador do hotel social DBA), Ulisses (Associação escola livre Brasilandia), Claudinho (Bocada Forte Hip hop), Vinicius (Sec. DH), Thomas (coord pop rua DH), André (É de Lei), Juliana (Mandato Toninho Vespoli), Carolina (PBPD), Renato (CREMESP), Semara (CRP), Alcione (Fundação Portas Abertas), Leo Pinho (CNDH), Eduardo Valerio (MP), Ricardo (COMAS). E outros que chegar no decorrer da reunião, conforme lista de presença anexa.

Nathália contou que convidou o MP por conta das reuniões que havia feito com eles e representantes das secretarias. Convidou o COMAS para cuidar da intersetorialidade das políticas de drogas e por perceber que os conselhos (que não tem acento no COMUDA). Indagou se devemos manter as reuniões na Câmara, já que também é função do Legislativo fiscalizar o executivo.

Pontuou a ruptura que houve com os diálogos que vinham sendo feitos junto com a prefeitura. Que após a ação violenta do dia 21 e ameaças de internação compulsória, houve uma quebra na relação dos agentes de saúde e assistência com os usuários do fluxo. Citou que o coordenador do Redenção Julio Semenghini foi convidado a estar presente e afirmou que viria, mas até o momento não compareceu. Afirmou que o executivo parece não estar disposto ao diálogo, sem indicar os caminhos a serem seguidos na região da Luz.

Na sequência, solicitou uma rodada de considerações.

Dr. Eduardo Valério, promotor de DH do MP, afirmou que o MP vem acompanhando os trabalhos na região da cracolândia há cerca de 10 anos e que veio a acompanhar de perto o assunto com receio de que houvesse um novo “Dor e Sofrimento”. Convocaram reuniões, conseguiram alguns pontos de consenso junto aos especialistas no assunto, como mencionado pela Nathália, e receberam um documento, como

solicitado, da prefeitura com o projeto Redenção formalizado. Apesar disso, a operação do dia 21 ocorreu por parte da Polícia Civíl sem qualquer suporte de cuidado aos usuários, seja para abrigamento ou cuidados de saúde. Isso pôs a perder todas as negociações prévias que vinham sendo feitas junto à prefeitura. Após a dramática solicitação de internações compulsórias, o MP entrou com pedido judicial para impedir que isso ocorra. Ele afirmou que mantém a expectativa de que o que foi conversado e formalizado no papel comece a ser implementado, sem repressão das pessoas e considerando a situação de miséria dos envolvidos. José de Oliveira: Falou sobre um boato que está presente no território. Apresentou um áudio em que os usuários seriam trazidos de caminhão para um galpão onde será improvisado um espaço de acolhida onde será a nova cracolândia e que isso será muito perigoso para os moradores da região.

Nathália pontuou que não podemos nos pautar em boatos, mas no que há de concreto por parte da periferia. Dr. Arthur afirmou que quando uma cracolândia se forma espontaneamente, é uma maneira de usufruir da cidade. Quando uma prefeitura destina um espaço e diz que irá acolher este fluxo ela se torna co-responsável pelo tráfico no local.

Ricardo (COMAS): Afirmou que o conselho reprovou o projeto Criança Feliz e que por isso foram considerados “técnicos petistas”, o que não condiz em nada com a realidade. Contou que o programa DBA foi encerrado sem um decreto e sem o consentimento do COMAS. Além disso, uma série de outros serviços estão sendo implementados, o orçamento está sendo utilizado sem consentimento do COMAS que é deliberativo. Outros conselhos estão sendo atropelados, como CMDCA, e as decisões estão sendo verticalizadas de modo totalmente arbitrário. Afirmou que quem perde com isso são os usuários dos serviços que estão recebendo políticas improvisadas e desastrosas que não são tipificadas. Disse que não sabe mais se é falta de conhecimento ou intencionalidade a distorção que a atual gestão vem fazendo das políticas de assistência. Será pautado um conjunto de denúncias devido à falta de conhecimento do conselho sobre o que está sendo implementado. Ontem foi feito uma plenária extreordinária para responder pedido do MP e esta minuta será encaminhada em ofício para o COMUDA, CMDCA, CMS para que se pense o Redenção de forma conjunta, não fragmentada e respeitando os espaços instituídos de participação e controle social.

Michel (trabalhador do DBA): Disse que como trabalhador, ele e seus colegas se posicionaram contra a forma que as políticas estão sendo implementadas, que não são políticas de cuidado. Na sequência entregou uma nota dos trabalhadores aos conselheiros.

Thomas (SMDHC – Pop Rua): Convidou todos a reunião ordinária do comitê Pop-Rua (R. Líbero Badaró, 119) que vai pautar a cracolândia.

Iracema (militante do mov. Da infância e adolescência): Acrescentou que haveria uma reunião e gostaria de saber se ela aconteceu. Afirmou a importância de uma política integral e integrada, incluindo trabalho e habitação. Afirmou que as crianças e jovens que ficavam nas proximidades do fluxo não estão mais no território e fica imaginando para onde foram.

Sérgio (sec. Mun. De Educação e conselheiro do CMDCA): Tem uma hipótese de para onde as crianças e adolescentes da região podem ter ido. Disse que eles podem ter sido internados na Fundação Casa com um mero relato de um policial. Disse ter notícias de que eles se espalharam pelo Glicério, 9 de Julho, Sé e outras localidades. Afirmou que ontem o CMDCA apoiou uma nota de repúdio às ações na cracolândia e que, assim como o COMAS, o conselho se quer está sendo consultado. Estão solicitando um levantamento sobre o número de crianças e famílias impactdos pelo programa.

Adão: Afirmou que é preciso pensar nas outras políticas além da cracolândia e de interfaces. Pergunta que é cidadão? Quem pode e quem não pode viver e circular pela cidade. Governos passam e a população continua na mesma situação.

Alcione: Anunciou a inauguração do espaço Porta Aberta para reinserção de dependentes.

Girlândia (COMAS): Reforçou que foram feitos diversos ofícios não respondidos pela secretaria. A comissão política pública se reúne sempre as 5as feiras as 11h e é aberta.

Rosângela (GCM): Apontou que a guarda civil não entrou nem está participando do Redenção, que a guarda civil trabalha em apoio à secretaria de assistência social. Que o carro forte da GCM é este apoio. Que há um viés social e que esta operação do dia 21 não teve participação deles, mas que foi uma ação da Polícia Civíl de combate ao tráfico. Disse que apreenderam um arsenal de armas nesta ação e que não está avaliando se a ação foi correta ou não, mas que a GCM manteve seu cronograma normal. Afirmou que a GCM dava apoio ao agentes do DBA. Eles continuam aguardando um novo direcionamento como todos os presentes. A respeito da revista dos guardas, informou que o pequeno efetivo presente no território tentou entender o que estava acontecendo e pediu informações por rádio, solicitando apoio dado o corre corre. No dia seguinte a prefeitura solicitou a presença da guarda para uma operação no local. Afirmou que estão dispostos a colaborar com o que for necessário e continuar apoiando os agentes de saúde e assistência.

Após essas considerações, Nathália passou a palavra para Leo Pinho membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Leo Pinho: Disse que foi pego de surpresa com a violência, pois também tinha informações sobre as diretrizes do que seria implementado com o programa

Redenção. Disse que, para além da ação policial, chamou atenção a reação e a falta de articulação entre Prefeitura e Governo do Estado após a ação do dia 21. Afirmou que apurou que muitas famílias tiveram seus pertences levados pelos agentes de segurança e que as famílias estavam desnorteadas, sem documentos, pertences e sem saber o que aconteceria. O Conselho se reunião em frente ao CAPS Móvel, e conversou com a enfermeira responsável pelo container que afirmou que se trata de um CAPS extensão do Complexo Prates. Apesar disso, esta "extensão" se reporta diretamente à secretaria de saúde. Afirmou que ali seriam feitas internações apenas voluntárias. Disse que as internações compulsórias estão sendo confundidas com a involuntárias pela população. Afirmou que o “CAPS Móvel" não faz Projeto Terapêutico Singular, o que viola o mecanismo de funcionamento destes equipamentos. Afirmou que apesar da garantia de que o ir e vir estão garantidos na esquina da antiga cracolândia, mas que eles próprios ficaram na dúvida se poderiam passar. Afirmou que os atendimentos não estão acontecendo na tenda do DBA (agora sem a placa) ou do Recomeço, que os locais estão totalmente esvaziados. Constataram ainda que no novo fluxo localizado na Praça Princesa Isabel o consumo de drogas está ocorrendo normalmente, ou seja o tráfico de drogas continua ocorrendo como antes. Disse que o Julio Semeghini afirmou que também não sabia da ação policial e que isso atropelou a implementação do Redenção. Em reunião, eles afirmaram que participariam da reunião de hoje do COMUDA e outros espaços de controle social. Na secretaria estadual de Justiça, o secretário Estadual de Justiça afirmou que o objetivo era a dispersão, pois assim facilitariam a abordagem das equipes de cuidado e que o acesso das equipes estava garantido. Eles também não conhecem o Projeto Redenção. Terminaram a noite com chefe de gabinete da SMADS e teve a impressão de que ele não conhece a legislação do SUAS. Falou que o CONDEPE se reuniu com o Sabará, secretário, e que a impressão foi bastante parecida. Ficou claro que neste momento é fundamental fortalecer os espaços de controle social. O Conselho tem recebido denúncias das internações que estão sendo apuradas. Avalia que houve uma quebra muito séria de vínculos ali e que, independente do Projeto Redenção, os usuários foram tolhidos de um programa sem uma continuidade de cuidados e que esta violação é uma preocupação central. "Como se acaba com um programa sem se colocar nada no lugar?” (SIC) Para recuperar isso, são anos de trabalho.

Nathália agradeceu as colocações do Leonardo, solicitou a cópia do relato do Conselho e o convite para que o COMUDA acompanhasse e organizasse a vistoria realizada.

Falou sobre a preocupação com a condição dos locais para onde as pessoas que querem tratamento estão sendo encaminhadas.

Bob Controversista: Falou sobre a atuação do CONDEPE e pontuou o nível de violência que a GCM vem apresentando na região desde o início do ano, discordando da fala da representante. Disse que estão finalizando um relatório de denúncias que será apresentado no CMDCA. Afirmou que o posicionamento da GCM está diferente.

Sentiu falta de problematizar as condições dos espaços de "acolhimento" que estão sendo implementados. Indagou sobre os próximos passos do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Ricardo: Falou sobre o amedrontamento que trabalhadores estão vivenciando no território e da falta de intersetorialidade. Perder vínculo é perder confiança. Afirmou que a conversa com o chefe de gabinete da SMADS, (José ...) foi estarrecedora, com ele demonstrando total desconhecimento sobre o SUAS, sem conseguir responder as indagações e fazendo cara de surpresa com tudo que era falado.

Leo Pinho: Disse que estão terminando um relatório mais aprofundado com contribuições do CFP, Defensoria, COMAS, CMDCA. Mas disse que não há apenas uma falta de escuta com os especialistas e conselhos, mas mesmo internamente não há diálogo. O que assistimos foi a total falta de pactuação entre as próprias secretarias envolvidas. Avalia que parte da explicação do que ocorreu na cracolândia é uma disputa política interna pela presidência da república. Sobre a GCM, afirmou que recebeu uma série de denúncias e que isso não vem de hoje e que ocorria mesmo na gestão Haddad. Disse que respeita o papel da guarda, mas que as vezes há uma mimetização da polícia militar. Disse que como conselho, não basta denunciar, mas tentar a ampliação de uma formação para a guarda, sobre direitos humanos, redução de danos e recorte racial. Assim, qualificar o trabalho realizado. Sugere que o Redenção seja enviado a todos os conselhos.

Rosângela (GCM): Anotou a denúncia feita pelo Bob e disse que discorda da conduta denunciada. Afirmou ainda que a conduta dos guardas é a mesma independente da gestão.

Maria Angélica: Afirmou que participou das formações de RD com a GCM e que percebeu nítida mudança sim na postura, inclusive com ela mesma.

Após questionamento da presidenta do conselho, Ricardo (COMAS), falou sobre a sugestão de resposta ao MP em uma resposta via relação intra-conselhos. Leo Pinho falou que a contratualidade do COMUDA é mais frágil do que a do COMAS, CMS e CMDCA, e que por isso o COMUDA deveria propor essa reunião interconselhos.

Jorge Arthur falou que, se sua memória não está falhando, quando o COMUDA foi criado tinha sim aspecto deliberativo e que em algum momento perdeu e se tornou consultivo. Ele vai fazer este levantamento e trará a informação.

Nathalia falou sobre como o executivo não tem compreensão do papel dos conselhos, como espaço de construção coletiva do poder executivo, legislativo e sociedade civil. Disse que a própria Lei atual do COMUDA está em risco. Avalia que deveria ser chamada uma audiência pública, convocando o executivo a participar, com o tema do

papel de controle social dos conselhos. Falou da importância de pensar uma política de drogas intersetorial, inclusive com o sistema judicial, ainda que esteja no âmbito estadual.

Ricardo falou de uma frente parlamentar suprapartidária em defesa do SUAS.

**Encaminhamentos:**

- Nathália sugere colocar o legislativo no centro da questão do controle social e eventualmente uma CPI do Redenção.

- Outra articulação via MP e Defensoria seria também uma ação com os conselhos.

- Moção de repúdio do COMUDA: André do (É de Lei) e Maria Angélica se comprometeram a escrever essa moção até 5a feira. A ideia é focar o vácuo de políticas de cuidado ao encerrar o DBA sem ter o Redenção como substituto com fluxos claros e aplicados. Reforçar a importância do cuidado em liberdade e pontuando as internações como exceção. Leo Pinho e Jorge Arthur vão compor com uma nota técnica sobre as internações. Diretrizes para que seja escrita de modo rápido e em linguagem simples para que possa ser compreendida e compartilhada por mais pessoas.